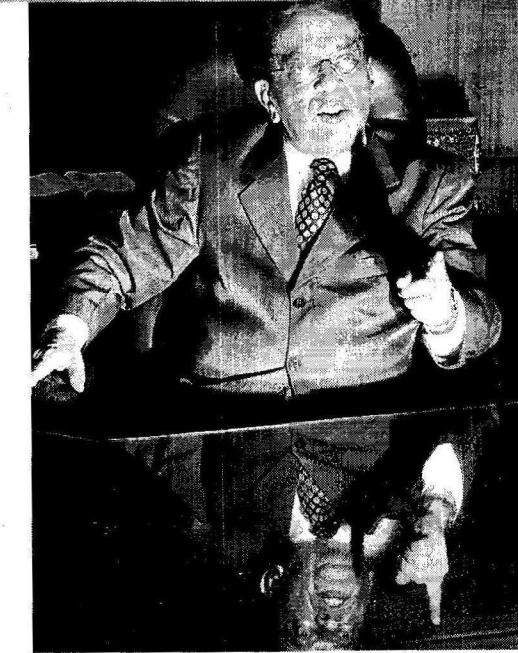
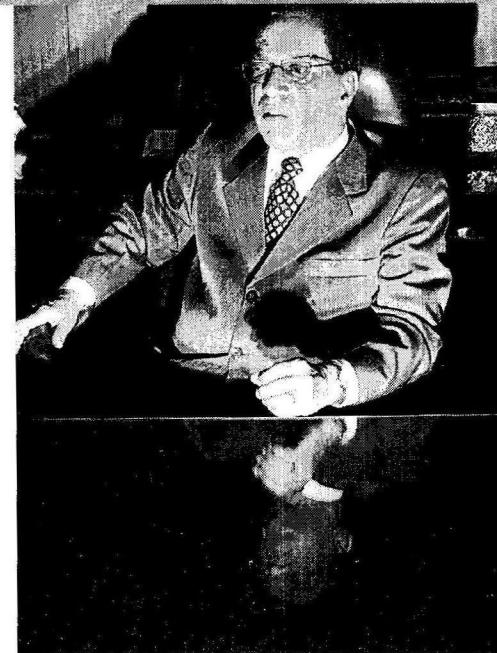
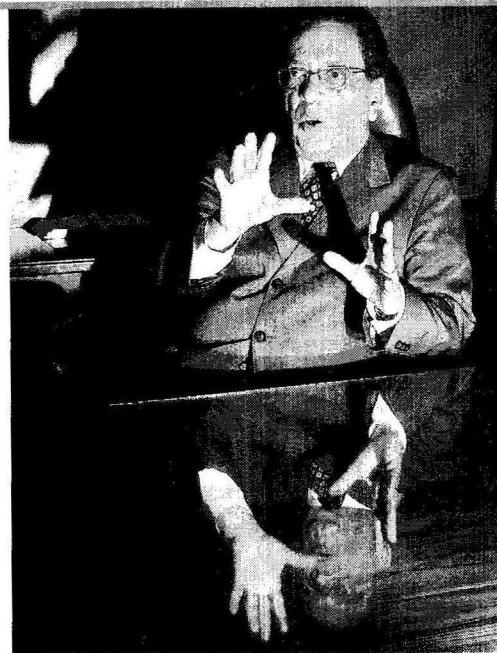


DF - Justiça

ENTREVISTA // LÉCIO RESENDE



Presidente do TJ é contra restrição ao fumo, o exame e as manifestações da Ordem dos Advogados do Brasil

SAMANTA SALLUM E RENATO ALVES
DA EQUIPE DO CORREIO

O desembargador Lécio Resende da Silva é um homem discreto. Justifica que o Brasil vive um momento em que "se deve fazer mais e falar menos". No entanto, não se farta de dar opiniões que podem gerar polêmica. Recém-empossado na presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal

(TJDF), o magistrado de 64 anos revela pela primeira vez crítica contundente ao exame para tirar carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). "Essa é uma exigência descabida. Restringe o direito de livre exercício da profissão, que o título universitário habilita", reforça. Governador em exercício do DF entre terça-feira e ontem, garante que é imune à mosca azul que mordeu outros colegas magistrados seduzidos pela polí-

tica. "Eu não sou político, nunca fui, jamais pretendo ser. Eu não tenho vocação para isso."

Lécio Resende adianta que foi autorizado novo concurso para juiz do TJDF. O edital será publicado "nos próximos". Dois são os motivos para a rapidez na liberação do exame. Um é que a seleção costuma ser demorada. O último concurso do TJDF teve o edital divulgado em julho de 2005. A homologação foi feita no

mês passado. No último concurso, que oferecia 58 vagas, apenas três pessoas foram aprovadas. Por causa da alta rejeição, o presidente do tribunal prevê mudanças no formato da seleção pública. Acredita que há falhas no processo. "Não creio que o nível intelectual dos candidatos seja baixo. Se fosse por isso, eles não seriam aprovados em tribunais de outros estados", ressalta.

Casado, pais de duas filhas, três ne-

tos, nascido em Pires do Rio (GO), o desembargador se diz um apaixonado por Brasília. "E quem se apaixona só vê as virtudes da outra pessoa. Sou assim com Brasília", declara. Entre um cigarro e outro, durante a entrevista exclusiva ao Correio, criticou também a ofensiva contra os fumantes promovida pelo Ministério Público. "Isso é um atentado à liberdade. Esse atentado é extremamente perigoso. As restrições vão se dilatando."

Críticas à OAB e ao MP

Por que os desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal não seguiram a tradição de eleger o desembargador mais antigo, já que o senhor era o segundo dessa lista no último pleito?

Essa é uma questão superada. Fui eleito pela vontade livre e soberana do meu tribunal. Eu não era o mais antigo, mas o tribunal decidiu me eleger como presidente. E eu tive que me submeter a essa decisão. Não me cabe discutir nem indagar porque o tribunal decidiu isso. Não há regra absoluta da antiguidade. O mais antigo é consultado se aceita ser candidato. Pode recusar. Se aceitar, pode ou não ser eleito.

Quais as metas do senhor à frente do Tribunal de Justiça?

Temos problemas sérios que precisam de soluções imediatas. Um deles é o bloco interditado do Fórum desembargador Milton Sebastião Barbosa. Lando da UnB (Universidade de Brasília) apontou que o prédio pode ser recuperado. Precisamos recuperá-lo para eliminar a dispersão da magistratura de primeiro grau. Temos juízes espalhados por oito pontos diferen-

tes do Distrito Federal. Dependemos da sanção da lei orçamentária pelo presidente da República para sabermos se haverá destinação de verba para a obra. Se necessário, vamos buscar esses recursos. Também pretendemos construir fóruns destinados a juizados especiais em todas as cidades do DF. Se depender de mim, isso será feito até o fim da minha gestão (2008).

O senhor pretende realizar concursos para contratação de novos servidores logo, como prevê a lei federal?

Temos uma grande defasagem de servidores. Mas, se fizermos o concurso, não temos onde alojá-los. Enfrentamos um grande dilema: fazer o concurso primeiro ou recuperar o bloco interditado antes? Lamentavelmente, pode haver um atraso no nosso cronograma.

E em relação à falta de juízes, há previsão de realização de um concurso em breve?

Montamos uma nova comissão organizadora de concursos que está elaborando um novo concurso. Ele já foi autorizado. O edital deve sair em breve, nos próximos dias. É

Fotos: Ronaldo de Oliveira/CB



66

O EXAME DA ORDEM É UMA EXIGÊNCIA DESCABIDA

99

preciso a realização imediata, pois a carência é grande.

No último concurso para juiz, havia 2,3 mil candidatos para 60 vagas, mas só três foram aprovados. O alto índice de rejeição reflete a falta de preparo dos candidatos ou do rigor na avaliação?

Não creio que o nível intelectual

dos candidatos seja baixo. Se fosse por isso, eles não seriam aprovados em tribunais de outros estados, como ocorre. Participei da comissão de quatro concursos como examinador e me deparei com candidatos excelentes. O concurso para ingresso na carreira de magistratura do Distrito Federal sempre foi difícil, mas nunca houve uma aprovação tão baixa. Acho que foi o pior índice. Alguma coisa está errada e a comissão irá detectar o que é.

Então haverá mudanças na metodologia do concurso para juiz?

Quem vai definir isso é a comissão. Ela se dará ao trabalho de detectar onde está a verdadeira causa do baixo aproveitamento de candidatos. Mas é possível que alterações sejam feitas, que os erros sejam corrigidos. Acredito que essa experiência será levada em conta.

E no caso da seleção da Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB), que a cada ano rejeita mais bacharéis de Direito?

Não vejo sentido algum nesse exame da Ordem. É uma exigência descabida. Restringe o direito de livre exercício da profissão, que o título universitário habilita.

E como o senhor avalia as posições da OAB sobre questões nacionais, como denúncias políticas?

Não vejo com simpatia a atuação política da OAB. A Constituição define o advogado como indispensável à administração da Justiça. Portanto, se o advogado integra à Justiça, a atividade político-partidária incompatibiliza essa qualidade do advogado.

A Ordem dos Advogados do Brasil deveria se destinar ao congregamento da classe, à defesa das prerrogativas dos seus membros.

O senhor pretende seguir carreira política após a magistratura?

Jamais. Eu não sou político, nunca fui, jamais pretendo ser. Eu não tenho vocação para isso. Me sinto realizado como magistrado. Não tenho outras aspirações.

Como o senhor vê os magistrados que deixam os tribunais para concorrer a cargos políticos?

É uma questão estritamente pessoal. No meu caso, jamais, jamais, me enveredarei pela atividade política, mesmo depois de encerrada a minha atividade jurídica.

Como fumante, qual a posição do senhor sobre a ofensiva do Ministério Público do DF para restringir o fumo em restaurantes, bares e shoppings da cidade?

Considero isso um atentado à liberdade. Esse atentado é extremamente perigoso. As restrições vão se dilatando. As pessoas vão ficando mais intolerantes. O homem deve ser agressor sempre.